



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

312ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 28 de abril de 2025

ATA DA 312ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 28 de abril de 2025

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar

PRESENCAS

| Representantes do Governo | Representantes dos Trabalhadores em Atividade |
|---|--|
| MPS – Carlos Roberto Lupi | CUT - Ari Aloraldo do Nascimento |
| MPS – Wolney Queiroz Maciel | CTB – Rolando Medeiros |
| SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal | |
| SRGPS/MPS – Alessandro Pereira Lordêllo | |
| INSS – Débora Aparecida Andrade Floriano | |
| INSS – Mário Galvão de Souza Sória | |
| CONJUR/MPS - Felipe Cavalcante e Silva | |
| MPS – Ana Cristina Viana Silveira | |
| SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto | |
| SRPC/MPS – Tito Calvo Jachelli | |
| SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca | |
| SRGPS/MPS – Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza | |

| Representantes dos Aposentados e Pensionistas | Representantes dos Empregadores |
|--|---|
| SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho | CNF – Ivo Esteves Alonso Mósca |
| CSB – José Avelino Pereira | CNC – Hélio Queiroz da Silva |
| COBAP – Warley Martins Gonçalves | CNA – Jéssica Mercês Ferreira do Nascimento |

| Equipe Técnica |
|---|
| Secretaria-Executiva – Jorge Luiz Viana |
| Secretaria-Executiva – Anderson Fernandes Ferreira da Silva |
| Secretaria-Executiva – Vanessa Ribeiro Almeida |
| Secretaria-Executiva – Pedro Henrique da Silva Lima |
| Secretaria-Executiva – Taylor Santos Gama |
| Secretaria-Executiva – Milana Araújo Fontes Teles |
| Secretaria-Executiva – Luiz Felipe Lima de Menezes |
| Cerimonial – Cícero Laureano |
| Cerimonial – Teresinha de Jesus |
| RDK – Tiago Marques |
| RDK – Igor dos Santos |

| Ouvintes/Convidados | Imprensa |
|--|---|
| SINDNAPI - Maria Antônia Magalhães | O Globo - Geralda Roca |
| Assessora – Cintia Reis | TV Globo – Thiago |
| Assessoria – Marco Lira | TV Globo - Marília da Silva |
| DIGON/INSS - Imênio Bezerra | Globo – Humberto |
| DATAPREV - Ubiramar Mendonça | Globo - Guilherme Balza |
| DATAPREV - Alando Nascimento Santos | CFCOM - Mario Agra |
| CNM - Antonio Mário Rattes | Valor - Jéssica Sant'Anna |
| MPS - Ana Carolina Tietz | Metrópoles - Flávia Said |
| MPS – João Carlos Cyrilo Silva | Poder 360 - Gabriel Benevides |
| CSB - Ernesto Luiz Pereira Filho | Agência Estado/Estadão - Gabriel Hirabahasi |
| ASCOM - Martha Imenes | Folha - Lucas Marchesini |
| ASCOM – Lucas Eduardo | XP/Infomoney - Bianca Lima |
| MeliseASCOM - Renata Brumado | ANEPS - Giovanna Peroni |
| CGEET/DRGPS ASCOM - Alexandre Zioli Fernandes | ECSTV - José |
| ASCOM - Talita Souza | COBAP - Livia Rospantini |
| INSS – Lea Bressy Amorim | Band - Gabriela Vieira |
| Gabinete do Ministro - Luiz Eduardo Gomes da Silva | CNN - Carlos Lima |
| CONJUR/MPS - Victor Bernardino | Record - André Kás |
| CGEET/DRGPS - Eduardo da Silva Pereira | Record – Carlos Fascina |
| SE - Anne Catarine Rodrigues Karagiannis | EBC TV Brasil - André Pacheco |
| | CNW - Pedro Teixeira |
| | CBN - Isa Stacciarini |
| | Rede TV - Igor Damasceno |
| | Rede TV - Hilton Rocha, |
| | Rede TV - Paulo Cesar de Sousa |
| | TV Brasil - Selma Dias |
| | TV Brasil - Alexandre Santos de Souza |
| | TV Band - Lucas Martins Freire |
| | TV Band - Welson Aires |
| | Correio Braziliense - Fernanda Strickland |
| | Rede TV – Ronaldo |
| | Globonews - Isabela Camargo |

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi** abriu a 312ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) cumprimentando a todos(as). Submeteu à apreciação do Conselho as indicações de representação da Dra. Débora Aparecida Andrade Floriano, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e do Sr. Mário Galvão de Souza Sória, Diretor de Tecnologia do INSS, ambas em decorrência das exonerações recentes. Apresentou também a Dra. Ana Cristina Viana Silveira, nova representante jurídica do Ministério da Previdência Social (MPS) e presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), e o Sr. Hélio Queiroz da Silva, conselheiro reconduzido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Aprovou-se a ata da 311ª Reunião Ordinária do CNPS por unanimidade dos(as) presentes.

II – ORDEM DO DIA

Ato seguinte, o Sr. **Presidente** citou o volume grandioso de beneficiários pagos e de processos analisados pelos aproximadamente 21 mil funcionários do INSS, o que representava metade do número de profissionais de 15 anos atrás. Lembrou que o CNPS debatia todas as temáticas relacionadas à previdência social, o que incluía o INSS, e contextualizou a ação conjunta feita pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela Polícia Federal com base em denúncias para averiguar as 11 instituições que estariam praticando abusos nas autorizações de descontos associativistas. Contou que as instituições investigadas estavam no mercado há anos e reforçou que a investigação estava em andamento e que todos tinham o direito de defesa. Relembrou a reunião do CNPS ocorrida em junho de 2023 em que a então Conselheira Tônia Andrea Inocentini Galletti abordou os supostos abusos executados nas autorizações dos descontos associativistas, porém sem apresentar provas, e acrescentou que o tema não estava pautado, mas que deu início à verificação das denúncias pelo INSS. Relatou que as denúncias com relação a descontos associativistas, assim como contratações de empréstimos consignados, eram frequentes e explicou que a regulamentação dos descontos das mensalidades associativistas foi estabelecida apenas pela Portaria nº 162, de 14 de maio de 2024, sendo que, um mês antes, as novas adesões tinham sido suspensas. Citou que, a partir daí, a biometria transitória para autorização dos descontos passou a ser requisitada e falou que a demora no processo de efetivação da medida levou à exoneração do então Diretor de Benefícios, André Fidelis, em junho de 2024, sendo que a biometria passou a ser aplicada em julho do mesmo ano. Resumiu os resultados da auditoria feita nas cobranças do INSS, conforme resultado apresentado em setembro de 2024, e citou que, entre janeiro de 2023 e março de 2024, os descontos de contribuições associativas diminuíram em pouco mais de 1,1 milhão de associados, 90% do total por não autorização dos descontos. Lembrou que o número de requerimentos de contribuições associativas mensais era de cerca de 1 milhão, dos quais metade era deferido, e mencionou a associação casada à concessão de empréstimos consignados. Disse que o relatório da auditoria tinha sido encaminhado aos Conselheiros e publicado no site do MPS, além de garantir que analisaria o documento por completo. Reforçou que o MPS sempre atuou firmemente diante da questão e destacou não haver acusações contra ele, além de argumentar que as auditorias demoravam para serem

concluídas devido ao número de dados a serem analisados. Em posse da palavra, a Sra. **Débora Aparecida Andrade Floriano** citou como uma das medidas da auditoria já implementadas o bloqueio automático dos descontos e reforçou que apenas a Instrução Normativa nº 162/2024 tinha estabelecido regras padronizadas sobre as cobranças associativas e o monitoramento delas. Ainda, o Sr. **Mário Galvão de Souza Sória** informou que, a partir de 2025, começou a ser usada apenas a biometria da DATAPREV para confirmação dos descontos associativos. Insistiu que o INSS adotaria as ações recomendadas pela auditoria imediatamente, mencionando, além do bloqueio imediato de descontos, a avaliação dos documentos das entidades, a retenção dos pagamentos, o envio da lista de reclamações à CGU e a reavaliação do sistema de descontos. A Sra. **Débora Aparecida Andrade Floriano** somou que estavam sendo adotadas medidas para suspensão do acordo de cooperação técnica alvo da operação da polícia federal. Em conclusão, o Sr. **Presidente** registrou que o MPS acompanharia as ações da Polícia Federal e da CGU e implementaria ações complementares, quando necessário. Iniciando as manifestações, o Sr. **Rolando Medeiros** citou as notícias que tentaram imputar culpas ao CNPS e lembrou que, quando a Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti apresentou a questão dos descontos associativos abusivos, o tema já tinha sido noticiado na imprensa. Relatou as reuniões da bancada dos trabalhadores, aposentados e pensionistas com o então Presidente do INSS Alessandro Antonio Stefanutto, ocorridas após as reuniões do CNPS durante os últimos dois anos, quando as denúncias de cobranças irregulares eram abordadas e o processo de auditoria acompanhado. Disse que o CNPS não tinha sido omissor diante das denúncias, mesmo tendo em vista que o Conselho não é um órgão fiscalizador do INSS, e reforçou o entendimento da bancada de que o Instituto estava fazendo a sua parte na investigação. Apontou sua confiança na Sra. Débora Aparecida Andrade Floriano e registrou que a reunião da bancada com a Presidente do INSS do presente mês não aconteceria, em virtude dos acontecimentos recentes. Falou sobre a falta de servidores públicos da previdência social, principalmente diante da demanda constantemente crescente da pasta, e afirmou que o Ministro Carlos Lupi defendia o aumento do número de servidores. O Sr. **Presidente** acrescentou que seriam contratados 500 novos servidores para a previdência social a partir do concurso nacional realizado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Dando continuidade, o Sr. **Rolando Medeiros** disse que o número ainda era insuficiente e criticou a política de bônus para os trabalhadores que fizessem mais do que suas funções diárias, o que gerava erros e desgaste. Somou que os servidores precisavam ser valorizados e registrou, em nome da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), sua moção de confiança ao Ministro Carlos Lupi na condução do MPS. A seguir, o Sr. **José Avelino Pereira** endossou a moção de confiança ao Ministro, em nome da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), e contou sobre os avisos ao Sr. Alessandro Antonio Stefanutto a respeito de entidades que incluíam um volume fora de padrão de novos contribuintes por mês. Arrazoou que nem todas as entidades tinham cometido irregularidades e pediu que a suspensão dos pagamentos das associações lícitas fosse revista, sob o risco de extinguir-se o movimento sindical de aposentados no país por falta de dinheiro. Após, o Sr. **Warley Martins Gonçalves** concordou com a fala anterior e apelou para que o Ministro Carlos Lupi liberasse os pagamentos das entidades regulares, destacando a atuação e a história da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), a qual representava. Elogiou o trabalho do Ministro Carlos Lupi, reforçou que nem todas as entidades eram fraudulentas e confirmou que a COBAP, entidade com 40 anos de história, corria o risco de ser fechada, caso os pagamentos não fossem repassados. Listou as ações da COBAP ao longo dos anos,

69 como os congressos mundiais e o hospital de Volta Redonda, e afirmou que a previdência social não tinha déficit. Pediu a
70 liberação dos pagamentos e a continuidade das investigações, argumentando que a COBAP tinha sido fiscalizada e
71 apresentado todos os documentos solicitados, sendo que não foram encontradas irregularidades. Repetiu que a COBAP
72 não tinha fundos para se manter sem os repasses e que precisaria começar a demitir uma parte dos seus 6 mil funcionários,
73 além de relatar o processo de associação à entidade. Disse que a COBAP tinha, atualmente, 200 mil associados e pediu
74 que a Polícia Federal nomeasse as entidades fraudulentas. O Sr. **José Avelino Pereira** informou que, a depender do
75 resultado da presente reunião, a CSB fecharia, já no dia seguinte, as sedes do Ceará, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e
76 do Espírito Santo. Já o Sr. **Gerson Maia** lembrou o cenário semelhante de aumento desproporcional de associados
77 ocorrido no seu mandato anterior como conselheiro do CNPS, entre 2015 e 2019, o que culminou na exclusão de quatro
78 associações. Relatou que o Sindicato Nacional dos Trabalhadores, Aposentados, Pensionistas e Idosos (SINTAPI/CUT) tinha
79 3.450 associados, conquistados nos seus 25 anos de existência, que resultava em uma arrecadação anual de R\$ 1 milhão,
80 e discorreu sobre o processo de filiação. Comparou com as associações investigadas, a exemplo de uma fundada em 2022
81 e que já tinha repasse de R\$ 231 milhões, conforme constava no relatório do Tribunal de Contas da União (TCU). Reforçou
82 que era preciso separar as entidades lícitas das fraudulentas, além de sugerir que o Tribunal de Contas da União (TCU) ou
83 o INSS apresentassem ao Conselho o relatório da auditoria. O Sr. **Presidente** informou que 200 pessoas estavam sendo
84 investigadas e listou os funcionários do INSS envolvidos no problema que tinham sido exonerados por ele, a saber: o ex-
85 Presidente do INSS, Alessandro Antonio Stefanutto; o coordenador de suporte ao atendimento, Geovani Batista Fassarella
86 Spiecker; o diretor de benefícios e relacionamento com o cidadão, Vanderlei Barbosa dos Santos; o coordenador-geral de
87 pagamentos e benefícios, Jucimar Fonseca da Silva; e o procurador-geral do INSS, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho.
88 Afirmou que as exonerações foram decididas a fim de ajudar no andamento da investigação. Lembrou que a auditoria
89 tinha sido solicitada pelo Ministério e reafirmou não ter conhecimento de nenhuma irregularidade ou omissão por parte
90 do MPS. Demonstrou preocupação em proteger os aposentados e citou os casos em que as filiações às associações eram
91 casadas às concessões de empréstimos. Somou que a CGU e a Polícia Federal precisavam apresentar o relatório final da
92 investigação para que fossem identificadas as entidades lícitas. Então, o Sr. **Gerson Maia** registrou a defesa dos
93 aposentados e da manutenção da taxa de juros do consignado promovida pelo Ministro Carlos Lupi e criticou a venda
94 casada de cartões de crédito e as fraudes nos empréstimos consignados, apontando que também precisariam ser revistas.
95 Em seguida, o Sr. **Ari Aloraldo do Nascimento** refletiu sobre os próximos passos do CNPS, falou que a investigação da
96 Polícia Federal e da CGU demorou para acontecer e cobrou a responsabilização dos verdadeiros culpados. Pediu agilidade
97 nas investigações, a fim de não prejudicar as entidades honestas que trabalham em prol de aposentados.
98 Subsequentemente, o Sr. **Ivo Esteves Alonso Mósca** rememorou que as investigações não tinham relação com os
99 empréstimos consignados, argumentando que o produto era um benefício para os aposentados e uma das linhas de
100 crédito mais baratas do país, e concordou que os culpados precisavam ser punidos. Reforçou sua demanda para que o
101 teto da taxa de juros do empréstimo consignado fosse revisto, possivelmente em uma reunião extraordinária do CNPS,
102 uma vez que o tema não tinha sido pautado na presente reunião que uma parcela dos aposentados não estava sendo
103 atendida pelo teto de juros atual. Informou que o adiantamento salarial criado recentemente pela IN nº 175, que deveria

ser um serviço sem taxas, não estava sendo oferecido como deveria aos aposentados. Relatou que havia instituições cobrando taxas de adiantamento de até 5% do valor e anunciou que pediria a suspensão do produto via ofício, ao que o Sr. **Presidente** pediu que as provas fossem encaminhadas juntamente com o documento. Após, o Sr. **Hélio Queiroz da Silva** reforçou a demanda de que os pagamentos fossem feitos às entidades e associações que atuavam dentro da lei, enquanto as entidades que lesaram os aposentados deveriam ser investigadas e penalizadas. Relatou ter recebido a denúncia sobre o caso da instituição que adiantava R\$ 450,00 para o aposentado, cobrando uma taxa de 20% em menos de um mês. Registrou seu pedido de apuração do caso e sugeriu uma possível suspensão do adiantamento. O Sr. **Presidente** garantiu que começaria imediatamente a verificação da questão e que encaminharia as provas à Polícia Federal. Ainda, a Sra. **Jéssica Nascimento** afirmou ter recebido a mesma denúncia na presente data e pediu que o caso fosse investigado. Por fim, o Sr. **Presidente** agradeceu o apoio e instaurou o ponto de pauta sobre o acordo de greve da perícia médica federal. Em posse da palavra, o Sr. **Adroaldo da Cunha Portal** resumiu que a greve teve início após o MPS adotar modificações no Programa de Gestão e Desempenho (PGD) dos profissionais da perícia médica, em 2022, reduzindo em 40% o total de perícias realizadas e resultando em um acordo de greve. Relatou que, em setembro de 2024, um novo Programa de Gestão e Desempenho restituiu a capacidade operacional da perícia médica aos números anteriores ao acordo de greve de 2022, o que causou descontentamento em 20% da categoria, que iniciaram uma greve. Em resposta, informou que o MPS promoveu o desconto salarial proporcional, o que levou metade dos grevistas a voltarem ao trabalho. Entretanto, disse que, em dezembro de 2024, o número de grevistas aumentou, o que começou a gerar grandes perdas no atendimento das perícias e levou o MPS a suspender temporariamente os contratos de trabalho a partir de janeiro de 2025, conforme orientava o Termo nº 531, do Supremo Tribunal Federal (STF). Por fim, disse que o acordo da greve tinha sido assinado em 14 de abril, resultando no retorno imediato dos profissionais aos atendimentos, na reposição de perícias não realizadas desde agosto de 2024 e consequentemente na reposição salarial. Reforçou que os acordos de greves precisariam envolver o Estado e a representação da categoria, mas também o cidadão. Argumentou que os acordos de greve não poderiam reduzir a capacidade operacional, como ocorrido em 2022, e sumarizou que a meta atual de perícias era semelhante à de antes de 2022. Disse que a adesão à greve foi de entre 10% e 20% do total de peritos durante toda a sua duração e relatou que as regiões mais afetadas tinham sido as áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas que os serviços estavam normalizados. A seguir, o Sr. **Gerson Maia** questionou como seria feita a reposição, ao que o Sr. **Adroaldo da Cunha Portal** respondeu que cada médico poderia organizar o seu calendário, aumentando o número de perícias diárias realizadas. Acrescentou que o acordo assinado em 2025 não contemplou nenhuma das cláusulas de reivindicação da greve em relação ao acordo de 2022. Ainda, o Sr. **Wolney Queiroz Maciel** destacou o trabalho do Sr. **Adroaldo da Cunha Portal** e sua equipe na negociação para o fim da greve. Ato seguinte, o Sr. **Presidente** instaurou o item de pauta sobre a Medida Provisória nº 1.296, que instituiu o Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB), incidente sobre as horas extras e serviços extraordinários prestados por funcionários, a fim de incentivar o cumprimento de metas. Com a palavra, o Sr. **Adroaldo da Cunha Portal** esclareceu que os servidores públicos federais do INSS e da perícia médica trabalhavam no regime do PGD e confirmou que a bonificação seria para o trabalho realizado além da meta mensal. Ato contínuo, o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** disse que a Medida Provisória nº 1.296 tinha sido publicada em 15 de abril,

estabelecia as regras do PGB e seria regulamentada através de uma Portaria conjunta do MPS, do MGI e da Casa Civil, incluindo a criação de um Comitê de Acompanhamento do Programa. Apontou como principais objetivos da Medida a redução dos gastos públicos com o pagamento de benefícios previdenciários ou assistenciais que não preenchiem mais condições para sua manutenção; a viabilização das reavaliações e das revisões de benefícios previdenciários e assistenciais determinadas em lei e em recomendações do Tribunal de Contas da União; e a compensação do déficit do quadro de pessoal da previdência social. Disse que a Medida seria destinada aos servidores do grupo da carreira do seguro social, que receberiam R\$ 68,00 por cada ponto de trabalho adicional realizado, e aos peritos médicos federais, que receberiam R\$ 75,00 por ponto extra de trabalho, reforçando que nenhum trabalhador seria obrigado a aderir ao PGB e que os tetos adicionais seriam de, respectivamente, R\$ 17.136,00 e R\$ 18.900,00. Somou que o PGB teria duração de um ano, podendo ser prorrogado até dezembro de 2026, a depender do orçamento, sendo a dotação inicial de R\$ 240 milhões. Ainda, discorreu sobre as etapas para implementação do Programa. Por fim, instaurou-se o item de pauta sobre a apresentação do Anuário Estatístico de Acidente de Trabalho da Previdência Social (AEAT) 2023. O Sr. **Alexandre Zioli Fernandes** afirmou que os dados já estavam disponíveis desde o começo de 2025 e avisou que os dados de 2022 tinham sido revisados. Disse que, em 2023, foram registrados 732 mil casos de acidentes de trabalho, dos quais 651 mil tiveram Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada, subindo ao nível de 2013 em números totais depois de anos em queda. Justificou o aumento dos casos com o aumento de trabalhadores empregados e ilustrou a relação entre acidentes e quantidade de vínculos empregatícios, sendo que o índice foi de 16,9 acidentes por mil vínculos em 2013 e de 15,5 em 2023. Registrou que a quantidade de acidentes sem CAT registrada era decrescente desde 2013, chegando à 11,1% em 2023, índice maior apenas do que o de 2020. Segregou os casos entre acidentes típicos, de trajeto e por doença do trabalho, que representavam respectivamente 74,2%, 23,5% e 2,3% do total, e contou que os acidentes de trajeto tinham aumentado na comparação dos últimos três anos, o que poderia ser reflexo do retorno dos trabalhadores às vagas presenciais. Apontou também uma queda significativa nas doenças do trabalho, de 5,2% dos casos em 2022 para 2,3% em 2023, e apresentou as dez atividades com maior número de ocorrências, sendo a campeã a atividade de atendimento hospitalar. Citou que, embora os homens ainda fossem a maioria dos acidentados, a taxa de crescimento de casos entre as mulheres era superior. Discorreu também sobre as consequências dos acidentes de trabalho liquidados, relatando que, em 2023, 88% dos trabalhadores acidentados precisaram apenas de assistência médica ou afastamento inferior a 15 dias, além de afirmar que os afastamentos de mais de 15 dias totalizaram 10,9%, as incapacidades permanentes 0,5% e os óbitos 0,4%. Explicou que o indicador de incidência apresentava dados relativos ao número de vínculos, sendo que o total de acidentes liquidados e incapacidades temporárias aumentava desde 2021. Demonstrou preocupação com o índice de óbitos por 100 mil trabalhadores, que chegou a 5,89 em 2023, e acrescentou que, a cada 100 acidentes, 46,12 atingiam trabalhadores entre 16 e 34 anos. Concluiu avisando que o AEAT completo estava disponível para consulta. Avançando às manifestações, o Sr. **Gerson Maia** questionou sobre as estatísticas dos casos em que a CAT não era registrada, ao que o Sr. **Alexandre Zioli** respondeu que os casos constantes no AEAT envolviam trabalhadores que tinham doenças relacionadas às suas ocupações e solicitaram benefícios ao INSS com aplicação do nexo técnico epidemiológico, o que garantia a estabilidade.

174 **III – ENCERRAMENTO**

175 Finalizadas as discussões e não havendo mais nada a tratar, o Sr. **Wolney Queiroz Maciel** agradeceu a presença de todos
176 e deu por encerrada a 312ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social. E, para que tudo fique
177 devidamente documentado, eu, Jorge Luiz Reis Viana, Chefe de Projeto, lavrei a presente ata, que após lida e achada
178 conforme, será aprovada pelo Colegiado. Brasília, 28 de abril de 2025.